# Diário Oficial

Maceió - Segunda-feira 7 de Junho de 2010

Estado de Alagoas Unidade Federativa do Brasil

Ano XCVIII Número 588

## Ministério Público Estadual



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EDUARDO TAVARES MENDES PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA EDUARDO TAVARES MENDES ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS LUCIANO CHAGAS DA SILVA LUIZ BARBOSA CARNAÚBA FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA DILMAR LOPES CAMERINO DENNIS LIMA CALHEIROS VICENTE FELIX CORREIA ARTRAN DE PEREIRA MONTE JOSÉ ARTUR MELO MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO **EDUARDO TAVARES MENDES** FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCA ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA DILMAR LOPES CAMERINO DENNIS LIMA CALHEIROS ANTÔNIO ARECIPPO DE BARRO TEIXEIRA NETO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA AFRÂNIO ROBERTO P. DE QUEIROZ

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBURQUERQUE

DIRETOR DO 1º CAO LUIZ DE A, MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO SERGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CHEFE DE GABINETE FERNANDO AUGUSTO DE ARAŬJO JORGE

DIRETORA GERAL RITA DE CÁSSIA CAMPOS CAVALCANTE

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS WILLIAMS PACÍFICO ARACJO DOS SANTOS

DIRETOR DE PESSOAL DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA ADRIANO MARQUES RAMOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA LINO

Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. EDUARDO TAVARES MENDES. DESPACHOU, NESTA DATA, O SEGUINTE PROCES-SOS:

Proc: 964/10

 $Interessado: Diretoria \, de \, Apoio \, Administrativo.$ 

Assunto: Requerendo providências. Despacho: Acato o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo-Fornecimento de mobiliário por Adesão na Ata de Registro de Preço nº. 211/2009, advindo do Pregão Eletrônico nº. 158/2009 realizado pela Universidade Federal de Goiás-Adoção da Modalidade de Registro de Preços no Ministério Público Estadual instituído pelo Ato Normativo PGJ nº. 11/2005. Possibilidade jurídica do pedido. Anuência do órgão e aceitação por parte do fornecedor da aquisição pretendida. Comprovada a vantajosidade dos preços registrado na ata de registro de preço ora suscitado, comparado com a cotação do mercado local e termo de referência realizado pelo setor de compras. Existência de dotação orçamentária e recursos financeiros para atender a despesa. Pelo deferimento da aquisição ora pretendida junto a empresa Alberflex Indústria de Móveis Ltda., perfazendo o valor total de R\$ 14.014,00 ( quatorze

mil e quatorze reais)".

Interessado:Dra. Denise Guimarães de Oliveira, Promotora de Justica.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Acato o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo- Pedido de reconsideração. Restituição de verba indevida, face erro do programa que confecciona a folha do Ministério Público, que não considerou o teto remuneratório, inserto no processo nº 991/2010. Aplicação da resolução CNMP nº 09/2006 e vedação constitucional. Pedido tempestivo. Abertura de prazo para ampla defesa. Impossibilidade de compensação por outras verbas a receber. Necessidade da devolução do valor recebido. Pelo deferimento parcial, sobre a devolução parcelada, nos parâmetros definidos pela Diretoria de Programação e Orçamento. Intime-se a ora interessada para tomar ciência".

Interessado:Dra. Denise Guimarães de Oliveira, Promotora de Justica.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Acato o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo- Pedido de Providências. Reconhecimento de extinção de vantagem irretirável do período de maio de 2005 a agosto de 2006 diante a adoção do sistema remuneratório de subsídio, face o advento da Lei Estadual nº 6.620/2005. Inexistência de previsão legal de gratificação de função para o cargo de Secretária do Corregedor- Geral. Aplicação do art. 4, inciso V da Resolução nº 09/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público. Reconhecimento do direito em procedimento administrativo anterior de nº 1276/2006. Apresentação do montante pela Diretoria de Pessoal da PGJ. Necessidade de inscrição no rol das despesas de exercícios anteriores, sendo que o pagamento fica condicionada a existência de previsão orçamentária e disponibilidade financeira. Intime-se a ora interessada.'

Proc: 1.478/10

Interessado: Dra. Gilcele Dâmaso de Almeida Lima, Promotora de Justica.

Assunto: Requerendo licença médica.

Despacho: Acato o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo-Hipótese de concessão de licença para tratamento médico. Apresentação de atestado médico. Pelo deferimento consoante art. 64, inciso I e art. 65 da Lei Complementar nº 15/96. Ao Departamento Pessoal para as devidas anotações e providências cabíveis".

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. FERNANDO AUGUSTO DE ARAÚ-JO JORGE, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELE-GAÇÃO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc:973/10

Interessado: Antonio Facchinetti

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Acolho a promoção da Fazenda Municipal, encaminhando os autos à Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa da Saúde, do Idoso e do Deficiente PRODSID.

Proc: 1.032/10

Interessado: Dr. Luiz Tenório Oliveira de Almeida, Promotor de Justica.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Em face da expedição da portaria PGJ nº 469/ 10, no DOE de 04 de junho do corrente ano, resta providenciado o presente pleito, à DCF para as providências. Após,

Proc: 1.450/10

Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente

Assunto: Requerendo publicação no DOE.

Despacho: Em face da publicação da portaria, objeto dos presentes autos, no DOE de 02 de junho do corrente ano, resta providenciado o pleito. Arquive-se

Proc: 1.463/10

Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de

Assunto: Requerendo diárias

Despacho: À DPO e à DCF para informar.

Interessado: Dr. Silvio Azevedo Sampaio, Promotor de Jus-

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: À DPO e à DCF para informar.

Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 04 de junho de 2010.

Andréa Guimarães Bezerra

Assessora Administrativa da Procuradoria Geral de Justiça.

PORTARIA nº 471. DE 04 DE JUNHO DE 2010

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ES-TADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. LUCIANO CHAGAS DA SILVA, 10º Procurador de Justiça Cível, de 2ª instância, 01 (uma) diária, no valor de R\$ 366 66 (trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis rentavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Brasília/DF, no período de 27 a 28 de abril do corrente ano, para representar o Ministério Público de Alagoas junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

EDUARDO TAVARES MENDES Procurador-Geral de Justica

PORTARIA nº 472, DE 04 DE JUNHO DE 2010

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ES-TADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V da Lei Complementar nº 15/96 e tendo em vista o parecer favorável da Comissão de Estágio Probatório, resolve tornar estável o servidor FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA, Matrícula - 08252602, em face do cumprimento de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo de Oficial de Apoio Administrativo, conforme o previsto no § 6°, do art. 41 da Constituição Federal e art. 2º do Ato Normativo PGJ nº 01/07.

Publique-se, registre-se e cumpra-se

EDUARDO TAVARES MENDES Procurador-Geral de Justiça

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DEALAGOAS

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, torna pública as promoções de arquivamentos formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias abaixo identificadas, dos seguintes proces

1 - Processo nº 1434/2010

Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da fazenda Pública Municipal da Capital

Interessado(s): Procuradoria da República em Alagoas

Assunto: Encaminhando procedimento administrativo 2- Processo nº 009/2007

Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Cam-

Interessado(s): Guarda Municipal de S.M. Dos Campos

Assunto: Reajuste salarial 3 - Processo nº 3019/2007

Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de

Defesa do Meio Ambiente da Capital

Interessado(s): Luiz Henrique

Assunto: Requer providências

4 - Processo nº 49/2009

Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital

Interessado(s): Chefia de Gabinete da Procuradoria Geral de Justica

Assunto: Encaminhando documento

5 - Processo nº 114/2008

Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital

Interessado(s): SINDICONTAS-AL Assunto: Ordem de precatórios - Preferência para pessoas

portadoras de doenças graves e idosas

6 - Processo nº 12/2009

Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital

Interessado(s): Procuradoria Geral do Estado

Assunto: Pedido de Certificação de crédito - Edval Vieira Cumpre informar que os autos do processo acima listado

impugnação, no prazo de 10 dias, apresentando razões escritas ou documentos, conforme o comando do artigo 172 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério

Sala Doutor Joubert Câmara Scala, em Maceió, 06 de junho

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE Procurador de Justiça/Secretário do CSMP

#### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### SECRETARIA-GERAL

Processo PGJ nº 912/2010 e 1103/2010 Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público.

### DECISÃO

Acolho o parecer da Assessoria Técnica de fls. 157/163 dos autos, que passa a fazer parte da presente decisão, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, por não vislumbrar justa causa que justifique a instauração de qualquer procedimento administrativo disciplinar em desfavor do membro do Ministério Público referido nos autos.

Dê-se ciência aos interessados. Publique-se. Registre-se. Maceió, 04 de junho de 2010.

> ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA Corregedor-Geral Substituto

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Proc. PGJ nº 935/2010

#### DECISÃO

Acolho o parecer da Assessoria Técnica de fls.84/92 dos autos, que passa a fazer parte da presente decisão, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, por não vislumbrar justa causa que justifique a instauração de qualquer procedimento administrativo disciplinar em desfavor do membro do Ministério Público referido nos autos.

Dê-se ciência aos interessados. Publique-se. Registre-se. Maceió, 04 de junho de 2010.

> ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA Corregedor-Geral Substituto

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

O DIRETOR DA ESMP-AL, SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, NESTA DATA:

CONVIDA todos os Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas a participarem do evento abai-

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLIÇO 2º CENTRO DE APOIO OPERACIONAL E NÚCLEO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PREVENÇÃO À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Causas e Efeitos)

DIA 08 de junho de 2010 (terça-feira) - às 8:30h. LOCAL: Auditório da AABB de Arapiraca Rua Governador Luiz Cavalcanti, n.º 1434 - Bairro Alto do

Cruzeiro Manhã

8:30h - Abertura

Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá Procurador de Justiça e Diretor do 2º Cento de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas

Dr. Eduardo Tavares Mendes Procurador-Geral de Justica do Estado de Alagoas Tema: Aspectos penais da improbidade administrativa.

Dr. Rodrigo Leite

Doutor em Ciências Políticas Tema: A formação do caráter do homem brasileiro. A corrupção enraizada na cultura brasileira.

14:30h

Dr. Mário Jorge Uchôa Souza Procurador-Geral do Estado de Alagoas Tema: Aspectos jurídicos da improbidade administrativa Encerramento

Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Procurador de Justiça e Diretor da Escola Superior do Ministério Público

INSCRICÕES:

Escola Superior do Ministério Público de Alagoas Rua Dr. Pedro Jorge de Melo e Silva, 79, 1º Andar - Bairro Poço - Maceió-AL - com os servidores João Marcello ou Melba - (82) 2122-3520

2º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas Rua Samaritana, n.º 1025 - Bairro Santa Edwirges - Arapiraca-AL - com a servidora Vagna Cristina - (82) 3482-2110

Maceió, 04 de junho de 2010.

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Procurador de Justiça Diretor da ESMP-AL

Melba Cândida Evaristo de Oliveira e Silva Oficiala de Apoio Administrativo da ESMP-AL

ESTADO DE ALAGOAS MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

Portaria nº 132/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora de Justiça abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/ 85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93, CONSIDERANDO que:

 $1\,$  - Há notícia de dificuldades relativas ao funcionamento da Escola Estadual Alfredo Rego que vem prejudicando a pres-

tação do serviço de educação; 2 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para isso, adotar os instrumentos previstos na legislação pá-

3 -  $\,$  O acesso ao ensino obrigatório, gratuito, de qualidade é direito público subjetivo e seu não-oferecimento ou oferta irregular, importa responsabilidade das autoridades competentes na forma do art. 208 §1° e 2° da Constituição Federal/

Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 123/10, para assegurar o cumprimento da legislação pátria e do disposto na Constituição da República. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;

II. Requerer a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

III. Expedir os ofícios necessários IV. Realizar as inspeções necessárias

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 04 de junho de 2010.

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA Promotora de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Promotoria de Justiça da Fazenda Pública Estadual

Portaria nº 133/2010

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da Promotora de Justiça abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8°, §1°, da Lei Nacional n° 7.347/ 85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93, CONSIDERANDO que:

1 - Há notícia de Compra imóvel para instalação de escola estadual, fato que caracteriza interesse público diretamente ligado ao serviço de educação;

2 - O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo,

para isso, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;

3 -  $\,O\,$ acesso ao ensino obrigatório, gratuito, de qualidade é direito público subjetivo e seu não-oferecimento ou oferta irregular, importa responsabilidade das autoridades competentes na forma do art. 208 § 1º e 2º da Constituição Federal/

RESOLVE:

Instaurar o Procedimento Administrativo nº. 124/10, para assegurar o cumprimento da legislação pátria e do disposto na Constituição da República. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;

II. Requerer a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

III. Expedir os ofícios necessários IV. Realizar as inspeções necessárias.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 04 de junho de 2010.

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA Promotora de Justiça

#### PROTOCOLO GERAL

AO(S) '04' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O FUNCIO-NÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCO-LO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 1501/2010 Interessado:

PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS

ENCAM. PROCEDIMENTO

Assunto

PROCEDIMENTO Nº 1.11.000.000968/2009-43 Remetido para:

DIRETORIA GERAL

Proc. 1503/2010 Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IPOJUCA

- PE

Natureza PECAS DE INFORMACAO

Assunto: PI Nº 094/2010 Remetido para:

DIRETORIA GERAL

Proc. 1508/2010

Interessado: SOPROBEM - SERVIÇO DE PROMOÇÃO E BEM-ES-

TAR COMUNITÁRIO

Natureza

REQ. AUTORIZACAO P/PAGAMENTO

REF. AO PAGAMENTO DOS JOVENS APRENDIZES, MÊS DE MAIO DE 2010

Remetido para:

DIRETORIA GERAL

Proc. 1509/2010 Interessado:

DR. IZADILIO VIEIRA DA SILVA FILHO, PROMOTOR

**DEJUSTICA** 

REQUERENDO REVOGACAO DE PORTARIA

DA PORTARIA Nº 165. DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009

Proc. 1512/2010

DIRETORIA GERAL

Interessado:

DR. FERNANDO AUGUSTO DE ARAUJO JORGE,

CHEFE DE GABINETE DO PGJ

REQUERENDO DIARIA(S)

Assunto

REF. AO MÊS DE MAIO DE 2010

Remetido para:

DIRETORIA DE PROG ORÇAMENTO/DIR. CONTAB.

**E FINANCAS** 

Proc. 1517/2010

FUNDACAO EDUCACIONAL DO BAIXO SAO FRAN-CISCO DR. RAIMUNDO MARINHO

Natureza: ENCAMINHANDO DOCUMENTOS

Interessado:

Assunto:

REF. A TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Remetido para

DIRETORIA GERAL

Proc. 1510/2010

Interessado:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ES-

PORTE Natureza:

ENCAMINHANDO PROCESSO

PROCESSO Nº 1800.3806/2010 Remetido para:

DIRETORIA GERAL Proc. 1511/2010

Interessado: PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS

PECAS DE INFORMACAO

PI Nº 1.11.000.000465/2010-10

Remetido para: DIRETORIA GERAL

Proc. 1513/2010

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO LARGO

REQUERENDO DESIGNACAO

Assunto: DOS CONTADORES DO MPPARA ANÁLISE DE CON-

TAS

Remetido para: DIRETORIA GERAL

Proc. 1514/2010 Interessado:

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA

EDUCAÇÃO-FNDE

Natureza: ENCAMINHANDO DOCUMENTOS

ARQUIVOS REFERENTE AOS PAGAMENTOS DOS

PROGRAMAS DO FNDE Remetido para:

DIRETORIA GERAL

Proc. 1515/2010

Interessado: VICENTE JOSE CAVALCANTE DR

PORCIUNCULA, PROMOTOR DE JUSTIÇA

REQUERENDO DIARIA(S)

Assunto: REF. AO MÊS DE MAIO DE 2010

Remetido para DIRETORIA GERAL

Proc. 1516/2010

Interessado:

DR. ANTONIO JORGE SODRE VALENTIM DE SOU-ZA PROMOTOR DE JUSTICA

REQUERENDO DIARIA(S)

REF. AO MÊS DE MAIO DE 2010 Remetido para: DIRETORIA GERAL

> DIEGO DE AMORIM ROCHA PEIXOTO AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO